

A INDEPENDÊNCIA DA MULHER: AS PRINCIPAIS CONQUISTAS NO BRASIL AO LONGO DOS ANOS

Éllen Allebrand Alves¹

Resumo: O presente artigo tem como tema apresentar as principais conquistas das mulheres em nosso país, mas para isso, será abordado primeiramente o conceito de feminismo, sua história e surgimento no Brasil e no mundo, para que o leitor entenda a importância do movimento e de que maneira ele contribuiu para que as mulheres começassem a garantir o seu espaço em meio a uma sociedade totalmente focada na figura masculina. Segundamente, será apresentado, cronologicamente, episódios em que mulheres brasileiras conseguiram passar por cima do preconceito e conquistar o seu lugar, tanto no contexto social, político ou cultural.

Palavras-chave: Conquistas. Feminismo. História. Mulher.

Introdução

O principal objetivo do presente artigo é apresentar aos leitores o caminho e as dificuldades que as mulheres percorreram para ganharem o espaço que possuem hoje em nosso país. Antes, uma sociedade voltada totalmente aos direitos e deveres dos homens, onde as mulheres não tinham espaço politicamente, culturalmente e socialmente. Agora, uma sociedade onde as mulheres possuem o seu lugar, os seus direitos e a sua própria luta.

Com toda a certeza, o caminho ainda é longo e a luta do feminismo não chegou ao fim, mas não podemos negar que grandes passos já foram dados em relação às conquistas femininas. Felizmente, as mulheres desfrutam de seus direitos diariamente, mas muitas delas não tem noção de que maneira os mesmos foram conquistados, e nem por quem. Por esse motivo, é de extrema importância que seja apresentado aos leitores o nome de cada mulher responsável pela liberdade feminina nos dias de hoje.

Conhecer a caminhada e a coragem de cada um desses nomes é de extrema importância, pois mostra o quanto fizeram e se doaram por toda uma sociedade feminina. O artigo, além de informar os leitores sobre as conquistas adquiridas, encoraja as mulheres a caminharem junto ao movimento feminista e a lutarem cada

¹ Acadêmica do Curso de Design – ULBRA – Carazinho/RS
Comunicação e Expressão – Rejane Seitenfuss Gehlen

vez mais em busca do respeito, da segurança e longe de todas as formas de opressão.

O conceito de feminismo e a sua história no mundo

O movimento feminista é um movimento social e político que discute e luta pela igualdade entre gêneros. Ele busca unir os direitos de ambos os sexos, fazendo com que as mulheres possuam as mesmas oportunidades que os homens, sendo no âmbito social ou familiar. O maior conflito que o feminismo enfrenta é que as mulheres deixem de ser vítimas das mais variadas formas de opressão, e que assim, a sociedade se torne mais justa para todos.

Para entendermos mais sobre esse movimento e quando surgiu, devemos relembrar alguns fatos da nossa história. Com o surgimento do capitalismo, o homem foi ganhando um papel mais abrangente na sociedade, adquirindo a responsabilidade pela família e o destaque nas empresas e indústrias. Dessa maneira, os homens começaram a ser vistos como as figuras mais importantes e aquelas que traziam o sustento à família. Para as mulheres, sobravam os cargos de 'menos importância', os cuidados com a casa, com os filhos e em caso de maior pobreza, desenvolviam o artesanato. Desse modo, o mundo começou a dar muito mais visibilidade para o homem, e conseqüentemente, eram eles quem possuíam os maiores cargos sociais, as maiores oportunidades de emprego, de cultura, de segurança. As mulheres eram vistas apenas como o 'sexo frágil', então a sociedade acreditava que elas não eram capacitadas o suficiente, que não existia a necessidade de incluí-las nas decisões sociais e que não mereciam muitos privilégios que eram dados aos homens.

As mulheres permaneceram em situação crítica até o final do século XIX, sem possuírem o direito do voto, do estudo, da leitura e escrita, sem poderem participar da política e entretenimento. As possibilidades dadas à elas eram totalmente restritas. Um grande exemplo dessa desigualdade foi a declaração divulgada durante a Revolução Francesa, denominada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, onde estavam descritos que todos os direitos básicos eram exclusivamente dos homens.

Maria Gouze (1748–1793), uma famosa dramaturga, ativista e vanguardista da época, não contente com a situação feminina, decidiu desenvolver, como forma de combate, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, um documento escrito em setembro de 1791 e que foi proposto a Assembleia Nacional da França durante a

Revolução Francesa. O mesmo trouxe a tona discussões sobre igualdade de gêneros, o papel da mulher na política e na economia, mas acima de tudo, a importância da mulher na sociedade.

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados;

e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem estar geral.

(GOUZE, MARIE, 1791, preâmbulo)

Marie adotou o nome de Olympe de Gouges para assinar os seus panfletos e petições em muitas batalhas que lutou. Em consequência, Olympe foi presa e condenada a morte, e no dia 3 de novembro de 1793, foi guilhotinada. Pouco antes da sua morte, ela repetiu uma frase que já havia divulgado anteriormente, onde dizia: “Se a mulher tem direito de subir ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir a tribuna” (GOUZE, Marie, 1791).

Marie de Gouze foi a primeira mulher a enfrentar os absurdos cometidos na época, porém foi no início do século XX que o feminismo finalmente ganhou força. A luta se iniciou na Inglaterra e Estados Unidos, e girava em torno das condições de trabalho, na conquista por salários mais altos e cargos de maior importância. Logo após, movidas pela força e pela coragem feminina, as mulheres criaram o movimento sufragista, que era direcionado para a inclusão das mulheres na política e o direito ao voto. Essa manifestação teve como destaque duas figuras importantíssimas no surgimento do feminismo, Emmeline Pankhurst e Emily Davison. Esses foram alguns dos mais importantes fatos que marcaram o início do feminismo no mundo inteiro. A partir de agora, conheceremos o ponto de partida do feminismo em nosso país.

O surgimento do feminismo no Brasil

Na sociedade brasileira do século XIX, as mulheres também estavam em segundo plano, assim como no mundo todo. Os homens possuíam destaques nas empresas, no âmbito social, na família. O Brasil era totalmente voltado á escravidão, onde oprimia tanto a mulher negra como escrava, como a mulher branca, na servidão aos homens e restrita ás tarefas de casa. Muitas mulheres aceitavam a posição de submissão pois a ideia de sociedade baseada no homem já vinha de muito tempo, e muitas delas, mesmo não aceitando, possuíam receio em bater de frente com todo o machismo que estava fixado na cabeça de tantas pessoas.

Mesmo em meio á tanta opressão, uma professora decidiu dar o primeiro passo em rumo ao nascimento do feminismo, e assim, a situação começou a mudar. Foi durante o Império de Dom Pedro II que foi reconhecido o direito á educação feminina, e aproveitando o momento, a escritora Nísia Floresta Augusta fundou a primeira escola exclusiva para mulheres, no ano de 1938, primeiramente no Rio Grande do Sul, e após, no Rio de Janeiro. Além de ser fundadora da escola feminina no Brasil, Nísia escreveu os primeiros artigos em jornais brasileiros e as primeiras obras sobre o feminismo: ‘Conselhos a minha filha’, do ano de 1842, e ‘Opúsculo humanitário’, de 1853. Outro fato importantíssimo para o início do feminismo em nosso país foi a conquista do direito de voto nas eleições, durante o governo de Getúlio Vargas. Infelizmente, apenas mulheres casadas que tivessem a permissão de seu marido, viúvas e solteiras que possuíssem renda própria, poderiam votar. O direito ao voto lhes foi dado no ano de 1932, mas essa vitória durou apenas dois anos. No ano de 1934, o direito foi retirado, permanecendo assim até o ano de 1946, que foi quando se tornou novamente obrigatório para as mulheres, e permanece até os dias atuais.

As principais conquistas das mulheres no Brasil

As lutas das mulheres em conquistarem o seu espaço social vêm acontecendo há muito tempo. Como citado anteriormente, tínhamos uma sociedade voltada para os homens. Os direitos básicos eram praticamente todos voltados á eles. O direito ao voto, á educação, ás maiores oportunidades de emprego, os maiores cargos sociais e até mesmo o entretenimento. Muitas vezes, as mulheres nem sequer podiam frequentar determinados lugares. Felizmente, esse contexto foi mudando ao longo dos

anos. Muitos direitos já foram conquistados, lentamente e aos poucos. O feminismo existe hoje para que essa luta não se cesse, para que continuemos alcançando os nossos direitos e para que a igualdade de gênero se torne cada vez mais próxima. A partir de agora, veremos um pouco mais sobre cada conquista das mulheres no Brasil ao longo dos anos.

Uma mulher no Exército Brasileiro, em 1822: Maria Quitéria de Jesus, nascida em 1792, em uma fazenda na Bahia, foi a primeira mulher a fazer parte do Exército Brasileiro. Mulheres não eram aceitas no Exército, sendo um lugar exclusivo de homens, então Maria fingiu ser um homem para poder entrar nas Forças Armadas. Ela se juntou às tropas que lutavam contra os portugueses, no ano de 1822, e ficou conhecida como soldado Medeiros, usando o nome de seu cunhado. Sua identidade foi revelada algumas semanas depois, mas o major Silva e Castro não permitiu que a mesma saísse, pois tinha grande facilidade em manejar armas, era disciplinada e estava sendo uma figura muito importante na luta.

A regência de Maria Carolina Josefa Leopoldina, em 1822: Maria era arquiduquesa da Áustria e imperatriz do Brasil. No ano de 1822, sua atuação política foi decisiva no processo de independência, pois enviou uma carta a Dom Pedro exigindo á ele que proclamasse a independência do Brasil. Maria assumiu a regência do Brasil quando Dom Pedro I fez uma viagem á São Paulo, para apaziguar conflitos políticos. Ela foi a primeira imperatriz do Brasil e lutou pela garantia do sistema de Monarquia na América, que aconteceu no dia 27 de dezembro de 1825.

Lei sobre educação para mulheres, em 1827: No ano de 1827, foi proclamada no Brasil a lei onde dizia que as mulheres também possuíam o direito á educação, porém, poderiam apenas frequentar escolas primárias. Aproveitando o momento, Nísia Floresta Augusta, uma educadora, escritora e poetisa de 28 anos de idade, fundou a primeira escola para meninas, no ano de 1838.

Mulheres na educação superior, em 1879: O ensino superior já estava presente em nosso país desde 1808, chegando junto com a família real, mas era restrita aos homens. As mulheres obtiveram esse direito apenas no dia 19 de abril de 1879, no decreto de número 7.247, que ficou conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho.

A primeira mulher brasileira a se graduar em nosso país foi Rita Lobato Velho Lopes, na Faculdade de Medicina da Bahia.

Chiquinha Gonzaga é a primeira maestrina do país, em 1885: Francisca Edwiges Neves Gonzaga, nascida em 17 de outubro de 1847, foi uma instrumentista, compositora e maestrina brasileira. Francisca adotou o nome de “Chiquinha Gonzaga”, e assim era conhecida por todos. Ela foi a primeira mulher brasileira a reger uma orquestra, estreando como maestrina na peça “A Corte na Roça”, no ano de 1885. Chiquinha escreveu 77 peças teatrais e compôs mais de duas mil canções. Além disso, escreveu a primeira marcha de carnaval do país, conhecida como “Ô Abre Alas”.

Rita Lobato Velho recebe o primeiro diploma universitário feminino no Brasil, em 1887: Como já citado anteriormente, Rita Lobato foi a primeira mulher a ingressar no ensino superior em nosso país, mas mesmo que o decreto de 1879 dissesse que mulheres podiam frequentar a universidade, o preconceito da época ainda era muito grande, pois as mulheres estavam restritas a cuidar da casa e dos filhos. Passando por cima de qualquer barreira, Rita não deixou que o preconceito passasse por cima de seu sonho, e então matriculou-se primeiramente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cursou alguns semestres e então transferiu para a Faculdade de Medicina de Salvador. No ano de 1887, Rita se tornou a primeira mulher brasileira a obter o diploma de medicina. A paixão que ela tinha pela profissão que exercia era gigantesca, encerrou sua atividade profissional com quase 60 anos de idade e durante a sua vida praticou inúmeros atos de caridade, como doar medicamentos aos pobres e fornecer serviços gratuitos.

Leolinda Daltro lidera passeata exigindo o direito ao voto feminino, em 1917: Leolinda era uma professora e ativista brasileira, conhecida como “a mulher do diabo” por ser uma mulher que lutava pelos seus direitos em um Brasil totalmente católico e preconceituoso. Ela era uma mulher ativa na política, acreditava na melhoria da educação e no ano de 1910, fundou o Partido Republicano Feminino (PRF). Alguns anos mais tarde, em 1917, Leolinda lidera uma manifestação de mulheres que lutavam pelo direito feminino ao voto. “Ela defendia a educação das moças para o trabalho, mas não para trabalhar lavando o chão, mas para ser datilógrafa, o que na época era

ultramoderno”, diz Teresa Cristina de Novaes Marques, professora da Universidade de Brasília.

Assegurado o voto feminino no Brasil, em 1932: Depois de intensa luta e de inúmeras manifestações, no dia 24 de fevereiro de 1932, Getúlio Vargas promulga o novo Código Eleitoral, garantindo às mulheres, o direito ao voto. Como já citado anteriormente, só poderiam votar as mulheres casadas, com permissão de seus maridos ou viúvas que possuíssem renda própria. O direito ao voto feminino foi anulado no ano de 1934, sendo novamente obrigatório apenas no ano de 1946.

A eleição da primeira Deputada, em 1933: Carlota Pereira de Queiroz, uma médica e chefe do laboratório de clínica pediátrica na Faculdade de Medicina de São Paulo, se formou no ano de 1926 e recebeu o prêmio Miguel Couto pela sua tese. Carlota foi uma mulher líder e cheia de coragem, liderou e organizou á frente de 700 mulheres a assistência aos feridos durante manifestos contra a Revolução de 1930, ocorridos em São Paulo. Além de uma excelente médica e ativista, Carlota também ingressou na política. Em maio de 1933, foi eleita a única deputada da Assembleia Nacional Constituinte, e integrou a Comissão de Saúde e Educação, sendo a criadora do primeiro projeto social sobre a criação de serviços sociais.

Primeira Senadora brasileira, no ano de 1979: Eunice Michiles, uma professora, funcionária pública e comerciária, lecionou em várias escolas e também foi diretora do Grupo Escolar Santana Filizola, em Maué. No ano de 1958, Eunice tornou-se diretora do Serviço Municipal de Educação, também na cidade de Maué, permanecendo no cargo até 1962. Foi eleita Deputada Estadual pelo partido Arena, no ano de 1974 e no ano seguinte, foi titular das comissões de Educação e Saúde, Assistência Social e Redação. No ano de 1978, foi candidata á senadora, sendo eleita suplente de João Bosco de Lima e sendo efetivada após a morte do titular, deixando assim, a posse das secretarias que liderava e transferindo-se para o PDS.

Centros de autodefesa, em 1980: No ano de 1980, foi realizado o Encontro Feminista de Valinhos, na cidade de São Paulo. Nele, foi recomendada a criação de centros de autodefesa para mulheres, para diminuir a violência contra as mesmas. No mesmo encontro, surgiu o lema “Quem ama não mata”.

Conselhos estaduais da condição feminina, em 1983: No ano de 1983, aconteciam inúmeras manifestações feministas no país, e em resposta a essas manifestações, o Ministério da Saúde cria o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, o qual prestava assistência à saúde mental, física e a sexualidade da mulher. No mesmo ano, foram fundados os primeiros conselhos estaduais da condição feminina, em Minas Gerais e São Paulo. Sua missão era criar políticas públicas que contribuíssem para o fim da discriminação sofrida pelas mulheres na sociedade.

Entre as atribuições do Conselho estão formular diretrizes e promover atividades que visam à defesa dos direitos da mulher, à eliminação das discriminações que as atingem, bem como a plena integração na vida sócio-econômico e político-cultural; assessorar o Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração de programas de Governo nos âmbitos federal, estadual e municipal em questões relativas a mulher, tendo como objetivo defender seus direitos e interesses; desenvolver estudos, debates e pesquisas sobre a problemática da mulher, de acordo com o Decreto nº 20.892, de 4 de abril de 1983, regido pela Lei nº 5.447, de 19 de dezembro de 1986, ambos do Estado de São Paulo. O Conselho é deliberativo e se renova a cada 4 anos. (Site Portal do Governo de São Paulo).

Primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, em 1985: Após inúmeras reclamações de mulheres sobre o atendimento que recebiam em delegacias, é criada a DEAM, primeiramente em São Paulo, e logo mais em outros estados brasileiros. Ainda no mesmo ano, é criado o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e também, a Câmara dos Deputados aprova o projeto de lei que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o qual era vinculado ao Ministério da Justiça e tinha como objetivo criar campanhas e políticas que eliminassem a violência contra a mulher e garantir o direito das mesmas em participar de atividades econômicas, políticas e culturais no país.

Mulheres obtêm grande avanço na Constituição Federal, em 1888: No ano de 1986, 26 mulheres foram eleitas para a Câmara dos Deputados, de um total de 166 candidatas. Essa vitória representou um aumento de 1,9% para 5,3% de representação feminina no Parlamento. Elas eram de diferentes localidades, possuíam estilos de vida distintos e eram representantes de diferentes partidos. Com certeza foi uma vitória para o público feminino, mas quando chegaram à Brasília, elas não tinham ideia de como atuar conjuntamente em prol das mulheres. Em março de

1987, a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jaqueline Pitanguy, entregou uma carta ao presidente da Assembleia Nacional, Ulysses Guimarães, denominada “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, a qual foi resultado de inúmeras campanhas e movimentos femininas, e nela, as mulheres clamavam por seus direitos, já que agora a representação feminina na política era bem maior. A partir disso, as deputadas e senadoras formaram uma aliança que uniu os constituintes aos movimentos das mulheres, e ficou chamado de “Lobby do Batom”. No ano de 1988, muitas conquistas foram alcançadas, como a igualdade jurídica entre homens e mulheres, ampliação dos direitos civis, econômicos e sociais, a igualdade dos direitos e responsabilidades na família, entre outras.

Primeira senadora e primeira ministra do Brasil, em 1990: Júnia Marise, nascida em Belo Horizonte em 1945, uma advogada e jornalista brasileira, foi eleita a primeira mulher para o cargo de senadora, pelo PDT de Minas Gerais. No mesmo ano, Zélia Cardoso de Melo, uma economista nascida em São Paulo em 1953, foi eleita a primeira ministra do Brasil, assumindo a pasta da Economia no governo de Fernando Collor.

Sistema de Cotas, em 1996: Segundo a Lei n.º 9.100/95 - § 3.º, art. 11, no ano de 1996, o Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, o qual obrigava os partidos a inscreverem no mínimo 20% de mulheres em suas chapas. No ano de 1997, outra lei eleva esse percentual a 30%.

Primeira mulher na presidência da Academia Brasileira de Letras, em 1996: Nélida Piñon, nascida em maio de 1937, no Rio de Janeiro, formou-se em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e foi editora e membro do conselho editorial de inúmeras revistas no Brasil e no exterior. Sua primeira obra foi o romance Guia-Mapa de Gabriel Arcanjo, publicado no ano de 1961. Em 27 de julho de 1989, foi eleita a quinta ocupante da Cadeira 30, na Academia Brasileira de Letras, sucedendo Aurélio Buarque de Holanda. Mais tarde, em 1996, tornou-se a primeira mulher, em 100 anos, a se tornar presidente na academia.

Lei Maria da Penha, em 2006: A Lei Maria da Penha é considerada pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo referente à violência contra a mulher. Ela foi sancionada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 7 de agosto de 2006 e entrou em vigor no dia 22 de setembro do mesmo ano. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em uma pesquisa realizada em 2015, a lei contribuiu para uma diminuição de 10% na taxa de homicídios contra mulheres que aconteciam dentro de sua própria residência. A lei foi modificada no ano de 2019, pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual declarou que verificada a existência de risco à mulher, o agressor será retirado imediatamente da residência e a medida de afastamento caberá à autoridade judicial. Também declarou que além do afastamento, não será concedida liberdade provisória ao preso, e quando as medidas forem determinadas por delegado ou policial, o juiz deverá ser comunicado em um prazo máximo de 24 horas, e ele decidirá sobre a manutenção ou revogação da medida aplicada. Anteriormente, o prazo máximo era de 48 horas para a comunicação.

Primeira presidente mulher do Brasil, em 2010: Dilma Vana Rousseff, nascida em Belo Horizonte, no dia 14 de dezembro de 1947, é uma política e economista brasileira. Dilma se interessou pelo socialismo ainda muito jovem, logo após o Golpe Militar no ano de 1964. Ela se tornou membro do Comando de Libertação Nacional e logo após da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, e ambas as organizações lutavam contra o regime. Dilma ficou reclusa por quase três anos, primeiramente pelos militares da Operação Bandeirante, onde sofreu inúmeras torturas, e depois pelo Departamento de Ordem Política e Social. Após os anos de sofrimento, ela reconstruiu sua vida no Rio Grande do Sul, foi membro fundadora do Partido Democrático Trabalhista, juntamente com seu companheiro Carlos Araújo. Também foi Secretária da Fazenda, presidente da Fundação de Economia e Estatística, e Secretária Estadual de Minas e Energia. No ano de 2001, filiou-se ao PT, e no ano de 2010, foi escolhida para concorrer à eleição presidencial, sendo vitoriosa no dia 31 de outubro. No ano de 2014 foi reeleita, mas em 2016, foi retirada de seu cargo devido a um processo de impeachment.

As conquistas citadas são apenas algumas de muitas que nossas mulheres brasileiras já conquistaram e conquistam até hoje. A luta feminina é diária, ainda ocorrem inúmeros casos de violência todos os dias em nosso país, mas as campanhas e protestos crescem cada vez mais, as pessoas estão mudando a forma de pensar e entendendo o quão importante é a existência do feminismo. Felizmente, hoje as mulheres ocupam na sociedade, o mesmo lugar que os homens, os direitos e os deveres são os mesmos, mas, a luta não pode ter um fim.

Considerações finais

O principal objetivo do artigo apresentado foi o surgimento do feminismo em nosso país e a caminhada cronológica que as mulheres percorreram em busca de seus direitos, em uma sociedade muito focada na figura masculina. Com isso, pode-se concluir que mesmo com tantas dificuldades e preconceitos, o primeiro passo foi dado muitas vezes, por mulheres de coragem e que não deixaram que o medo as afastasse da necessidade de uma sociedade mais justa para todos.

A contribuição que a pesquisa teve foi bastante relevante, pois é de extrema importância que tenhamos o conhecimento do quão grande foi a luta de tantas mulheres, do quanto muitas delas sofreram e até foram mortas para que todas pudessem desfrutar de direitos que antes não eram concedidos á elas. Além disso, é de grande significado que tenhamos conhecimento da nossa antiga sociedade, para que isso encoraje mais mulheres a tomarem as mesmas atitudes que os grandes nomes citados no artigo, e que desse modo, nunca parem de lutar por uma sociedade mais justa, respeitosa e longe de qualquer discriminação que as mulheres possam sofrer.

Referências

LENZI, Tié. **O que é o movimento feminista?** Disponível em: <https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/>. Acesso em: 31 maio 2019.

CELI, Renata. **Feminismo: o que é esse movimento?** 2019. Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2019/02/06/feminismo-o-que-e/>. Acesso em: 31 maio 2019.

BEZERRA, Juliana. **Feminismo no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

JARDIM, Céli Regina Pinto. **Feminismo, história e poder.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

DE MELO, Alexandre. **Os fatos históricos que marcaram as conquistas das mulheres.** 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3522/os-fatos-historicos-que-marcaram-as-conquistas-das-mulheres>. Acesso em: 04 jun. 2019.

GOVERNO DO BRASIL. **Conheça as principais lutas e conquistas das mulheres.** 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>. Acesso em: 14 maio 2019.

OLIVEIRA, Amanda; OTTO, Isabella. **A linha do tempo do feminismo no Brasil de 1827 a 2019.** 2019. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/a-linha-do-tempo-do-feminismo-no-brasil-de-1827-a-2019/>. Acesso em: 28 maio 2019.

SILVA, Daniel Neves; SOUSA, Rainer Gonçalves. **Feminismo no Brasil.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/feminismo.htm>. Acesso em: 14 maio 2019.

MATUOKA, Ingrid. **Nísia Floresta: a primeira educadora feminista do Brasil.** 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

DIANA, Daniela. **Biografia de Chiquinha Gonzaga.** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/chiquinha-gonzaga/>. Acesso em: 28 maio 2019.

MELLO, João. **A conquista do voto feminino, em 1932.** 2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/historia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932/>. Acesso em: 31 maio 2019.

PORTAL DO GOVERNO. **Criação da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher do país completa 30 anos.** 2015. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/criacao-da-1-delegacia-de-defesa-da-mulher-do-pais-completa-30-anos/>. Acesso em: 31 maio 2019.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Perfil da Acadêmica: Nélida Piñon.** Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/nelida-pinon>. Acesso em: 04 jun. 2019.

DALTRO, Helena Pontual. **Lei Maria da Penha.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>. Acesso em: 04 jun. 2019.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia Dilma Rouseff.** Disponível em: https://www.ebiografia.com/dilma_rousseff/. Acesso em: 04 jun. 2019.